

ARTIGO

*Uma “epistemologia da  
ignorância”?*

OS ESTUDOS CRÍTICOS DA  
BRANQUITUDE E A CRISE  
DO CÂNONE DE  
“INTÉRPRETES DO BRASIL”

MARCELLO F. MORAIS DE ASSUNÇÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brasil

marcellofma@gmail.com

orcid.org/0000-0001-6978-6564

Neste texto pretendemos abordar as possíveis contribuições dos estudos críticos da branquitude para a revitalização do cânone racializado/generificado de “intérpretes do Brasil”. Para isso, abordaremos, em um primeiro momento, a relação entre racialização e cânone em um contexto mais amplo para em seguida abordar a discussão a partir do levantamento de coletâneas de intérpretes, evidenciando também algumas possibilidades alternativas ao cânone.

*Epistemologia da ignorância—Branquitude—Cânone  
—Intérpretes do Brasil*

ARTICLE

*An “epistemology of ignorance”?*  
THE WHITENESS CRITICAL  
STUDIES AND THE CRISIS OF  
THE CANON OF  
“INTERPRETERS FROM  
BRAZIL”

MARCELLO F. MORAIS DE ASSUNÇÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brazil

marcellofma@gmail.com

orcid.org/0000-0001-6978-6564

In this text we intend to address the possible contributions of critical studies of whiteness to the revitalization of the racialized/gendered canon of “interpreters from Brazil”. To this end, we will first address the relationship between racialization and canon in a broader context and then approach the discussion based on a survey of collections of interpreters, also highlighting some alternative possibilities to the canon.

*Epistemology of ignorance—Whiteness—Canon  
—Interpreters from Brazil*

## INTRODUÇÃO

No auge dos conflitos do *Black Lives Matter* e da pandemia, em 2020, dei uma entrevista em que me perguntaram “se há uma crise da questão racial”<sup>1</sup>. Respondi com uma negativa dizendo que não há crise porque a noção convencional da temporalidade moderna (aceleração/desaceleração) não abarca da mesma forma a população que é alvo da racialização (negros, indígenas e não-brancos em geral). Para estes a suposta “crise” é uma dimensão constitutiva da sua experiência temporal e, portanto, parte da normalidade sistêmica/estrutural que constitui sujeitos racializados desde os primórdios da modernidade<sup>2</sup>.

Para esses sujeitos, a resistência – ainda que muitas vezes contraditória, amorfa ou mesmo individual – à racialização significou a criação de diversas instâncias culturais, intelectuais, políticas e associativas que deram forma ao que Paul Gilroy denominou como “contraculturas da modernidade” por todo o Atlântico Negro (do norte ao sul) (Gilroy 2001). O que começava a despontar naquele momento (diante do acirramento dos conflitos raciais nos EUA e da aceleração da pandemia no contexto global) era, sim, uma maior atenção para a questão racial, advinda de um consenso cada vez maior sobre a importância de se pensar o racial em uma sociedade estruturalmente fraturada pela racialização.

O que significa dois séculos de independência (e, em 1824, mais dois séculos de igualdade jurídica formal, para os livres, no famoso artigo 179 da nossa primeira constituição) para os sujeitos racializados no país do racismo por denegação? Em que medida a contínua violência antinegra/anti-indígena perpetua as estruturas racializadas que foram formadas desde o longo século XVI (1450-1650), passando pelo surgimento da noção de raça, escravização, e as opções das elites que legaram o estado nacional na América Latina: o racialismo, imigrantismo, eugenia e favelização. Ao falarmos de violência, não estamos somente olhando para o imenso iceberg exposto das chacinas, da perseguição, exclusão, sexualização e precarização das vidas racializadas, mas também para a sua parte submersa, expressa, nomeadamente, na negação do direito à memória e do direito à História.

Em um episódio recente, na semana do 13 de maio (de 2022), a Polícia Civil carioca destruiu um memorial em jacarezinho dedicado aos mortos da maior cachina da história brasileira nas favelas, tudo constituído com requintes de crueldade (Albuquerque 2022). Na mesma semana desse acontecimento, a população marginalizada da Cracolândia, no centro de São Paulo, situada na Praça Princesa Isabel (por mais irônico que possa ser), foi massacrada e expulsa do espaço (resultando em alguns mortos) para alimentar o show de horrores com grande carga política para candidaturas e políticos da região (Arroyo 2017). Por incrível que possa parecer, nessa mesma semana, no dia do 13 de

---

1 Ver: Crise & Historicidade | Marcello Assunção | Episódio 04, Parte 01 [ENG-sub], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wfA1XhntRYE&t=233s>.

2 Importante destacar que nossa leitura do “racial” está imbuída do deslocamento do seu tratamento reduzido as subjetividades/individualidades para os “lugares” e o seu exercício sistemático de poder (desde o colonialismo à branquitude) de um grupo sobre os “outros”, como é próprio das leituras de Frantz Fanon, Sylvia Wynter, Anibal Quijano, Eduardo Bonilla-Silva etc.

maio, uma mulher foi resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio de Janeiro (Graell 2022).

O que liga o tempo do evento racial que se perpetua (e se repete continuamente) na contemporaneidade, desde a violência física à simbólica, é a reificação do negro/não-branco no que Frantz Fanon expressou como a constituição de linhas entre o “ser” e o “não-ser”, em um processo que estruturou a “epidermização da raça”. Por isso, não existe capitalismo (até o dia corrente) sem o massacre sistemático das populações racializadas, ao qual contou com uma imensa diversidade de estratégias simbólicas que resultaram no epistemicídio (Carneiro 2005) e na formação de um cânone racializado (Assunção 2021a; Assunção 2021b; Assunção 2022).

A filósofa Denise Ferreira da Silva já destacou, em certo momento, que o centro de sua filosofia se funda no questionamento das razões “por que as mortes negras pelas mãos de agentes do Estado não causam uma crise ética global” (Silva 2007; 2016; 2019). Nessa linha, desloca a problemática levantada pela filósofa pensando a questão da seguinte forma: “Por que as mortes negras (físicas e simbólicas) não afetaram/afetam profundamente as interpretações/intérpretes canônicos do Brasil?”. Qual foi o papel dessas interpretações/intérpretes diante do genocídio/epistemicídio/apagamento daqueles que foram “derrotados” e que nem têm o seu direito à memória respeitado? Em outros termos, diante dessa marcha destrutiva em relação aos sujeitos racializados na primeira dobra do tempo, do acontecimento, assim como na sua segunda “dobra”, a da memória, como reagem os intérpretes e interpretações do Brasil?

Como veremos a frente, há um não-lugar para a população negra/não-branca enquanto intérprete desse mesmo movimento do espaço chamado Brasil; esta é somente adereço passivo de uma história nacional (e de sua escrita) orquestrada por agentes brancos e da elite nacional. O que nos faz questionar: quais as razões para o contínuo apagamento dos sujeitos racializados no cânone de interpretações do Brasil? Porque estas narrativas continuam a reproduzir, à nível da escrita da história, a narrativa única constituída desde a pintura romântica de Victor Meireles e Pedro Américo: os negros/não-brancos como não-lugar em uma história feita por mãos brancas.

O cânone não foi construído arbitrariamente através de uma “inocência (estrutural) branca”, posto que foi fundado no investimento ativo das elites brancas (europeias e suas sucursais) para que a ontologia do mundo moderno colonial – a construção da linha entre os humanos e a infrahumanidade – fosse recriada continuamente por taxinomias religiosas, culturais, biológicas. Esta ontologia produz um olhar sobre o “outro” que reproduz uma geopolítica do conhecimento branca, masculina e eurocentrada, na qual os não-brancos constituem-se como (infra)seres despossuídos de agência e os seus processos como “não-eventos”.

Este investimento sistemático na produção dessas linhas produziu, no interior dos cânones (em diversos campos do conhecimento), o que chamaremos de “epistemologia da ignorância”, conceito base da filosofia de Charles S. Mills, ao qual nos apropriaremos. Buscaremos compreender quais os fundamentos desta “ignorância branca” (Mills 2018) na formação dos cânones, para em seguida abordar, por meio da análise da produção de 15 coletâneas de intérpretes/interpretação do Brasil, a reiteração de um não-lugar para os não-brancos na construção do imaginário nacional nesse espaço territorial chamado Brasil. Por fim, evidenciaremos alguns deslocamentos recentes em relação à

construção da definição do que é considerado “intérprete/interpretação” do Brasil por meio dos avanços constituídos no âmbito do campo do pós-abolição.

### BRANQUITUDE E A RACIALIZAÇÃO DO CÂNONE PELA “EPISTEMOLOGIA DA IGNORÂNCIA”

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, e autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana (...) Freud identifica a expressão do amor a si mesmo, ou seja, o narcisismo, como elemento que trabalha para a preservação do indivíduo e que gera aversões ao que é estranho, diferente. É como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal” exigindo que se modifique, quando se autopreservar remete exatamente à imutabilidade (Bento 2003, 33)

Os estudos críticos da branquitude têm, desde os anos 1990, revolucionado as formas de avaliar a questão racial para além do referente “negro”, ampliando o debate da racialização para o branco também visto como objeto. Entretanto, boa parte do investimento inicial no conceito voltou-se para o campo da psicologia social, educação e, em alguns casos, na sociologia, mas praticamente nada no âmbito da História e muito menos na História intelectual e seus cânones.

Compreendemos ser fundamental o debate sobre a branquitude como forma de exercício sistemático de poder que produz uma posição de privilégios simbólicos e materiais no interior da estrutura racista que produz sujeitos racializados<sup>3</sup>. Desta forma, a branquitude não expressa somente a subjetividade, mas os lugares ocupados relacionalmente pelas pessoas brancas/não-brancas. A construção de um cânone fundado no “espelho branco” é certamente um dos “lugares” onde houve um exercício sistemático para sua produção.

No entanto, esse lugar é invisibilizado por um processo em que as identidades são sistematicamente “não-marcadas”, sendo sua construção um exercício sistemático de denegação. Foi esse processo que produziu no cânone a referencialização do branco/europeu e masculino como sujeito universal, expressão de uma geopolítica do conhecimento redutora da imensa diversidade e complexidade do conhecimento do social.

Essa “ignorância branca” de um mundo além das fronteiras delimitadas pelo cânone é o que produz e reproduz, ao longo do tempo, a forma e a estrutura do conhecimento nas diversas universidades ocidentalizadas desde pelo menos o longo século XVI (1450-1650). O epistemicídio que se desdobrou após a construção da categoria de “raça” não foi meramente uma

---

3 Cida Bento sintetiza, por meio das leituras de Ruth Frankenberg, três eixos principais da branquitude que correspondem a esta identidade “branca”: “1) Uma situação de vantagem estrutural de privilégios raciais; 2) uma posição ou lugar do qual as pessoas brancas se observam, aos outros e à sociedade; 3) um conjunto de práticas culturais que são frequentemente não demarcadas e não nomeadas” (Bento 2020, 84). Para uma análise sistemática dessas definições, ver: Frankenberg 2004; Vainer 2014; Muler; Cardoso 2017; Rosa 2022.

invenção casuística, mas um investimento sistemático que formou uma ontoepistemologia sob o espelho europeu/ocidental/branco (Quijano 2005; Wynter 1995; Silva 2007).

Um dos resultados desse processo é a construção de uma “epistemologia da ignorância”, que será fundamental para legitimar, em nível estrutural, a supremacia branca (Mills 2003, 37). O filósofo Charles S. Mills ao se deter sobre a estrutura racializada do cânone filosófico, nomeadamente o anglo-saxão, percebeu que a construção de um “contrato racial” universalizou o individualismo proprietário como visão de mundo por excelência, sendo hostil a qualquer conhecimento/conceito fundado nas estruturas coletivas com base em grupos (Mills 2018, 413).

Esse desconhecimento será fundamental para a construção de uma “epistemologia da ignorância branca” (Mills 2018), que produziu como resultado fundamental o apagamento da racialidade (e de qualquer forma de corporeidade), produzindo um “Contrato Racial” que tem como base o “autoengano”, a “evasão” que produzira à economia cognitiva e moral necessária para a conquista, escravização, perseguição e exclusão (Mills 2021). Como este reitera “esses fenômenos não têm nada de acidental: são prescritos pelos termos do Contrato Racial, que requer uma certa medida de cegueira e obtusidade estruturadas a fim de estabelecer e manter a sociedade organizada branca.” (Mills 2021, p. 18 *apud* Carneiro 2005, 101).

A rota para superar essa “ignorância branca” é a explicitação autoconsciente da cegueira que foi construída e internalizada, inclusive por aqueles que são sujeitos da racialização. O negro/não-branco, ao olhar o cânone à maneira de Du Bois, deve se defrontar com a “dupla consciência”: uma construída por um investimento sistemático na sua racialização (o apagamento de sua historicidade ao recusar evidenciar a gênese e a estruturação de tais processos) que se funda nesse olhar para si “através dos olhos dos outros” e uma segunda consciência que requer um “treino” para ser alcançada, superando assim as armadilhas da “cegueira branca” não delimitem a visão.

Essa falsa universalidade é, portanto, um programa ético-político da modernidade, que terá como via de transmissão fundamental as taxinomias, definições e construções das universidades, campos intelectuais e culturais, que atualizarão sistematicamente as linhas entre o ser e o não-ser (o infiel, o selvagem, o inferior, o refugiado etc.)<sup>4</sup>.

Através desses questionamentos, comecei a pensar sobre quais seriam os efeitos desse “apagamento da corporeidade”, mais especificamente, na construção do pensamento social brasileiro e em seus projetos de nação. Como um país com mais de dois séculos de existência detém em seu hall de intérpretes um número tão pequeno de negros e indígenas participando da construção imaginária (oficial) da nação?

Seria isso resultado da “ignorância branca” que produziu, a nível dos intérpretes/interpretações do Brasil, um universo tão delimitado de corpos que

---

4 Denise Ferreira da Silva considerou a construção e atualização do “texto moderno” como um dos grandes fundamentos das arquiteturas jurídico-econômicas que constituem o par “Estado-Capital”, ou seja, não há capitalismo sem racialidade, não há racialidade sem capitalismo: “(...) o conceito do racial refigura ao nível simbólico a violência total (colonial) que sustenta a expropriação (monetária e simbólica) da capacidade produtiva de terras e corpos não-europeus (...) qualquer análise séria do modo corrente de operação do duo Estado-Capital exige uma atenção à gramática racial, porque esta organiza o espaço global, orientado pela realização da necessidade de dirimir e dissipar os efeitos da racialidade” (Silva 2019, 37).

podem ler e pensar o Brasil? Em que medida a entrada de novos agentes nas universidades trouxe para este cânone uma crise, da qual o mesmo só conseguirá se recuperar desde que se liberte das amarras desta autoilusão de um conhecimento desracializado e descorporeificado?

Essas questões nos levam a discutir como o ato de construção das “ementas de disciplinas” e dos próprios *Projetos Pedagógicos de Curso* (PPC) nas universidades, como “índices” por excelência do lugar racializado ao qual os cânones foram construídos. Como professor efetivo de Educação e Relações Étnico-Raciais para diversas licenciaturas da UFRGS, me deparo sistematicamente com alunos que nunca tiveram, ao longo do curso, sequer um autor não-branco ou tiveram acesso ao “debate racial”.

No fundo a situação da crise dos intérpretes/interpretações do Brasil é resultado de anos de descaso e omissão de uma branquitude que nunca fez o exercício de ir além de si. Esse componente narcísico, para lembrar novamente da Cida Bento, é fundamental para que as condições de apagamento sejam reiteradas pelos cânones. Entretanto, para analisar melhor como esse cânone foi construído, é preciso dar uma maior atenção à sua gênese e estruturação e, em seguida, entender como ele é reiterado contemporaneamente por meio das grandes coletâneas de intérpretes/interpretações do Brasil.

## COLONIALIDADE E BRANQUITUDE NA CONSTRUÇÃO DOS CÂNONES DE INTÉRPRETES/INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Povos brancos, graças a uma conjunção de fatores históricos e naturais, que não vem ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta e, em consequência, impuseram àqueles que dominam uma concepção do mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concedido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições (Ramos, 1995, 241)

Se fizéssemos um levantamento das coletâneas de “pensadores”, “pensamento ocidental”, “filósofos”, “cientistas sociais”, “historiadores”, “educadores” etc., nos defrontaríamos com o dado alarmante de cânones construídos, em sua imensa totalidade, por homens brancos europeus<sup>5</sup>. Esse “dado de realidade” não é exclusivo dessas coletâneas, mas parte estruturante da forma como construímos a imagem arquetípica do “pensador/intelectual” em um mundo que tem como padrão a norma branca/ocidental.

---

5 Um caso emblemático é a coleção clássica “Os Pensadores” que detêm todos os selecionados como homens brancos ocidentais. O mesmo se repete em obras análogas como *Grandes Obras do Pensamento Ocidental*, *50 Pensadores que formaram o mundo moderno*, com a presença de duas mulheres, e a coletânea “Pensadores”, da folha, com três negros e uma mulher. O que se apreende também em coletâneas mais específicas como *Pensadores e Educação* (Autêntica), *Clássicos do conhecimento* (PUC-Rio), *Grandes cientistas sociais* (24 volumes e nenhum negro ou mulher, da Ática), *Livros que mudaram o Mundo* (20 volumes), *Coleção os Educadores*.

Isso se repercute em diversas dimensões do social, desde a baixa representatividade de personagens negras em romances<sup>6</sup> até o número irrisório de negros nas telenovelas<sup>7</sup>. O negro ou é relegado à penumbra ou é construído como um coadjuvante das tramas narrativas históricas ou ficcionais. Tal fenômeno define, por sua vez, a própria imaginação nacional sobre o que pode ou não ser representado e as formas dessas representações, sendo fundamental para a própria constituição de um repertório para aqueles que imaginaram e interpretaram a nação brasileira nesses últimos 200 anos de sua história.

Essas imaginações buscaram dar conta do “ethos nacional” para compreender, por meio deste, as formas de superar os entraves à modernização nacional. Ao lidar com essa “inautenticidade” – o “eterno atraso” – esses intelectuais leram o passado/futuro por meio de chaves que excluíram sistematicamente a agência da população racializada enquanto produtora de diagnósticos (negros/índigenas/não-brancos)<sup>8</sup>.

Esses “inventários do atraso” produziram sistematicamente visões fundadas na intuição e generalização, que foram essenciais para a formação do chamado pensamento social brasileiro/intérpretes do Brasil (Oliveira 2021a, 4). Antônio Cândido, em sua clássica introdução de *Raízes do Brasil* (Candido 1995), consolida a trilogia Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. como fundações do pensamento crítico sobre o ethos nacional. Mas, em que medida esse enquadramento exclui diversos outros intérpretes não-branco fora desse cânone? O que dizer de um Clóvis Moura como um intérprete avesso a essas leituras da trilogia consagrada? Qual é o lugar do negro/não-branco nessas interpretações e na revisão dessa memória disciplinar?

Para dar conta destas problemáticas, fizemos um levantamento das coletâneas sobre intérpretes/interpretações do Brasil entre 1998-2014. Ao todo foram selecionadas 15 coletâneas<sup>9</sup>, com a análise de mais de 78 intérpretes.

---

6 Regina Dalcastagnè demonstrou em suas pesquisas que 79,8 % dos personagens do romance brasileiro contemporâneo são brancos, contra 7,9 % de negros e 6,1% de mestiços (Dalcastagnè 2008, 206). Estes dados foram perscrutados por meio de pesquisa nos romances publicados entre 1990-2004 pelas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco. Em mais da metade desses romances (56,6%) não há sequer um personagem não-branco, sendo que o desnivelamento aumenta ainda mais quando se recorta para protagonistas (84,5%) e narradores (86,9%) (Dalcastagnè 2008, 207). Quando representados os negros são no geral bandidos, contraventores, empregados domésticos, escravos e profissionais do sexo (Dalcastagnè 2008, 207).

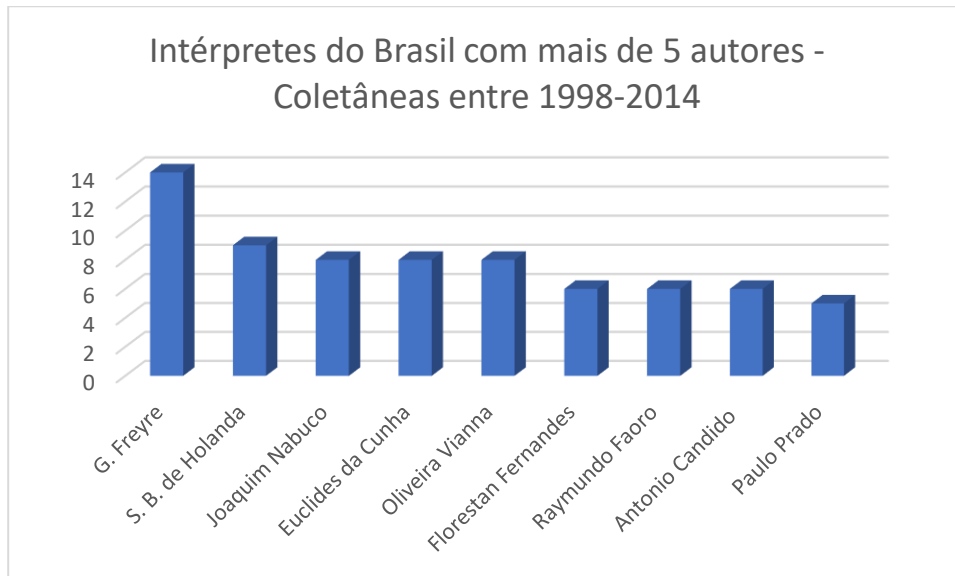
7 O *Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa* (GEMAA) em uma pesquisa sobre a representatividade negra nas novelas da Rede Globo de Televisão apontou uma representação de mais de 91,3 % de atrizes e atores brancos nas novelas entre 1984-2014. Joel Zito Araújo, grande cineasta negro, vai apontar essa construção como a “estética sueca da TV brasileira” (Araújo, 2000), produtora de uma visão estereotipada ou de negação de um Brasil negro/não-branco.

8 Há também a construção de certas hierarquias epistêmicas que estão imbricadas ao molde eurocêntrico de sociedade que sempre encontrava limites quando comparados aos moldes do modelo europeu a partir de signos como urbanização, industrialização e organização nos moldes da democracia liberal burguesa (Oliveira 2021a, 11). Ver também: Campos; Júnior 2015.

9 Foram selecionadas as seguintes coletâneas: 1- MENESES, Geraldo Bezerra. *Intérpretes do Brasil*. Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1997.; 2- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: De Varnhagem a FHC*. v. I. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999; 3- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: De Calmon a Bonfim*. v. II. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006; 4- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: De Carvalho a Ribeiro*. v. III. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017; 5- Silvano Santiago (Org.). *“Intérpretes do Brasil”*. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000; 6-



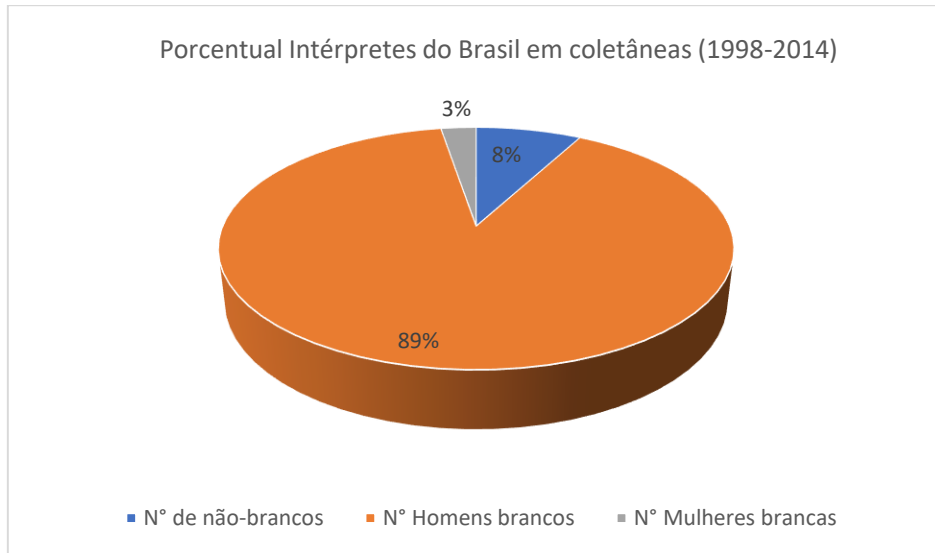
Entre os mais citados estão os clássicos ensaístas dos anos 1930, mas também alguns representantes da escola de sociologia paulista nos anos 1950. Como fica claro no gráfico abaixo sobre intérpretes com mais de 5 autores/leituras:



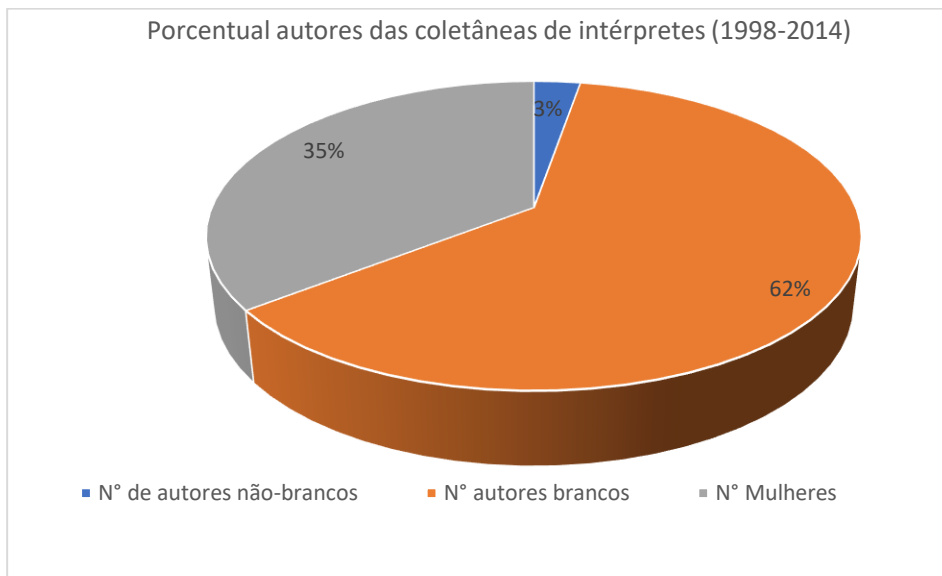
Entretanto, quando recortamos os dados para a questão de gênero e raça, constatamos um abismo entre a representatividade de brancos e os “outros”. Dos mais de 78 intérpretes, 70 são brancos (89%), 6 negros (8%) e somente 2 mulheres brancas (3%). Como fica claro abaixo no gráfico:

---

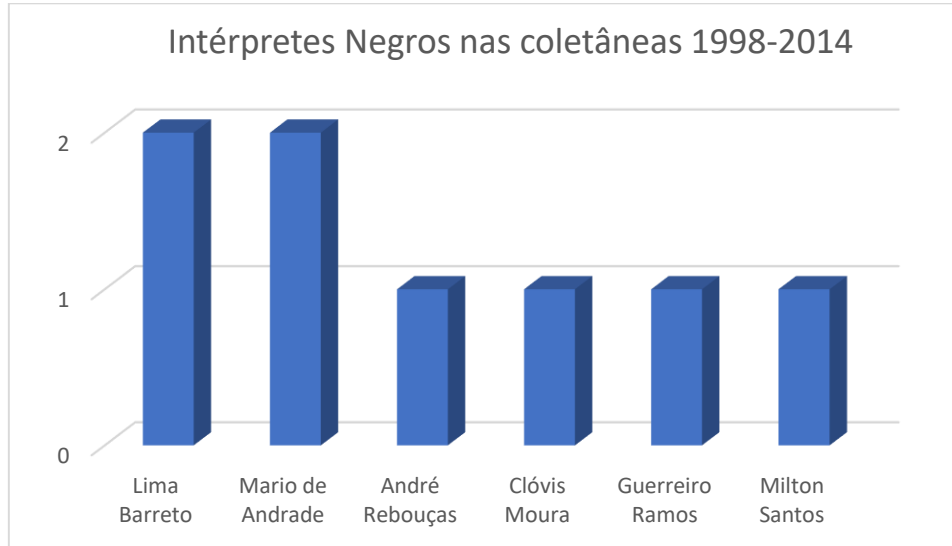
Silviano Santiago (Org.). “*Intérpretes do Brasil*”. vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000; 7- Silviano Santiago (Org.). “*Intérpretes do Brasil*”. vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000; 8- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. *Intérpretes do Brasil: Leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.; 9- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004; 10- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008; 11- AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando. *Intérpretes do Brasil: Cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011; 12- WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2011; 13- BOTELHO, André; SCWHWARZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; 14- Fernando Henrique Cardoso. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; 15- PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: Clássicos, Rebeles e Renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.



Esta desproporção já seria suficiente para pensarmos sobre a geopolítica do conhecimento à qual a noção de intérpretes/interpretação do Brasil desdobra. Mas os dados são ainda mais desproporcionais quando olhamos para os autores que contribuíram para estas coletâneas de intérpretes do Brasil. Em um exercício de heteroidentificação racial por meio das fotos no Google imagens, pudemos visualizar um cenário ainda mais desproporcional. O número de mulheres brancas já sobe para 39 (35%), homens brancos para 68 e três não-brancos (mesmo tendo em conta uma noção bem alargada do “pardo”, só conseguimos visualizar estes). Não há nenhuma mulher negra, seja como intérprete ou como autora das respectivas coletâneas, como fica claro nos gráficos:



Importante reiterar também que os únicos três autores negros (pardos) e as duas mulheres intérpretes estão na mesma coletânea, a de Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (2014), a mais contemporânea destas. Os outros intérpretes negros encontram-se diluídos ao longo das coletâneas, sendo que mais da metade não contém sequer um autor negro citado. Segue abaixo o gráfico dos autores citados:



Para além do fato quantitativo da ausência negra/não-branca/mulheres nessas coletâneas, percebemos também que essa ausência se desdobra em termos qualitativos no apagamento do debate sobre o racismo e a racialização. Quando este é feito, é sempre sobre o olhar das “elites brancas” sobre os “males de origem” do racial, ou, quando há uma mudança nesse olhar (nomeadamente, a partir do pós-guerra), é sempre o “negro-objeto”, congelado por uma sociologia que o vê como “inautêntico” diante de uma modernização em curso.

Clóvis Moura, historiador negro piauiense, apontou em seu clássico *Injustiças de Clío: O Negro na Historiografia brasileira* (1990) que a reconfiguração de taxinomias classificatórias sobre o negro, desde o período colonial ao tempo presente, contou com o investimento ativo das disciplinas acadêmicas, que foram pioneiras nessa construção do seu não-lugar ou/e de sua subalternidade. O silêncio expressa reiteradamente a mencionada “ignorância branca” (Charles S Mills), mas as vozes também enunciam uma outra macro-representação do racismo antinegro entranhado nos campos intelectuais: o *White savior* (o branco salvador).

Esta imagem se encontra em diversas representações, desde os abolicionistas anglo-saxões do fim do século XVIII, passando pela nossa pintura romântica, até em filmes contemporâneos como *Green Book*: a humanidade negra é, em todos estes casos, uma concessão do mundo branco. Isto se consubstancia em termos de interpretação do Brasil numa visão “caridosa” do branco sobre o negro: este é sempre um “objeto” anômico da história, que só é salvo pela agência de algum *White Savior*, em uma espécie de eterno “isabelismo”. Isto fica muito claro quando pensamos a notoriedade de Jessé de Souza e Laurentino Gomes, que ficaram conhecidos por sínteses de explicação histórica do Brasil, tendo em conta a centralidade da estrutura

escravista/racial, mas que já tinha suas ideias circulando em outras sínteses explicativas escritas por negros já há bastante tempo.

Obras de síntese histórica/interpretação do Brasil, como a “História do negro no Brasil” (de Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho 2006) ou mesmo “História da África e do Brasil afrodescendente” (Santos 2017) – e tantas outras – não ganharam a notoriedade das obras de Jessé de Souza e Laurentino Gomes. Suspeito que isso acontece exatamente pela denegação dos negros nos espaços de produção, circulação e divulgação das grandes editoras, mídias e espaços institucionais.

Certamente isso é um indício de que não basta somente representar os negros/não-brancos nas interpretações do Brasil, é preciso que eles sejam minimamente lidos como intérpretes e não eternos objetos à espera dos seus respectivos *White Saviors*. Por isso, é preciso de uma outra forma de produzir e circular o conhecimento que leve em conta o caráter extremamente racializado dos campos intelectuais.

Por isso concebo que não há uma crise da questão racial quando observo discentes contestando os cânones racializados de disciplinas e ementas de docentes cegos a esses mesmos processos. O que há é uma crise da “ignorância branca” sobre questões tão elementares como a construção propriamente racial dos diversos cânones disciplinares desde o século XIX. No fundo os questionamentos buscam reconstruir os cânones sem “jogar o bebê fora junto com a água do banho”, construindo de fato um diálogo pluriversal entre teorias e modos de ver o mundo.

Parte das soluções estão sendo dadas pela geração de historiadores, sociólogos, antropólogos etc., que se formaram nos últimos vinte anos e que se negam a perpetuar a ideia de que todo o saber produzido nos dois últimos séculos possa ser reduzido há uma geopolítica do conhecimento de homens brancos europeus (e suas sucursais miméticas por todo globo). A verdade é que esse padrão eurocêntrico da interpretação do mundo tem sido substituído por uma visão mais plural, que historiciza à contrapelo os diversos cânones buscando refundá-los a partir de um olhar crítico ao seu cariz racializado e androcêntrico.

No Brasil, o campo que tem se defrontado de forma mais competente com esses dilemas é o do chamado “pós-abolição”, ponta de lança em uma verdadeira revolução copernicana nas formas de se pensar uma historicidade indisciplinada que refunde as interpretações/intérpretes do espaço chamado Brasil.

## CONCLUSÃO

### O PÓS-ABOLIÇÃO E A REINVENÇÃO DO CÂNONE DE INTÉRPRETES DO BRASIL

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin 1987, 224).

Em sua sexta tese, Walter Benjamin aponta para a ideia de que a derrota das classes subalternas não acontece somente na primeira dobra do tempo, o acontecimento, mas também no seu segundo momento: a memória. A defesa pelo direito à memória é, portanto, parte constitutiva do historiador que supera a “empatia” com o discurso do vencedor e que consegue ir além das camadas de silêncio que foram construídas ao longo do tempo, perfazendo a história dos não-ditos.

O campo do pós-abolição tem, nos últimos trinta anos, refundado o olhar sobre a História nacional por meio de um ponto de vista que não só representa o negro como agente da história, mas também como protagonista da escrita desta mesma História. Não é arbitrário como a noção de agência é central dentro desse debate. A sua gênese está na refundação da historiografia da escravidão nos anos 1970-1980 e da historiografia do trabalho nos anos 1990, trazendo para o centro dessa historicidade os referidos termos como “agência” e “protagonismo negro”.

Entretanto, podemos dizer que é nos últimos vinte anos que o campo ganhou forte notoriedade, o que é concomitante a entrada massiva de não-brancos e pobres no seio do espaço universitário por meio das ações afirmativas e de legislações/diretrizes educacionais propícias à desconstrução da narrativa da democracia racial. No seio deste processo, houve uma explosão de histórias que não só construísem o negro por meio das suas ausências, mas também a sua agência desde a escravidão ao pós-abolição, sempre tendo em conta uma perspectiva crítica sobre a fronteira tênue da liberdade pós-1888.

Neste contexto, foram cartografados sistematicamente instituições, imprensa, clubes, associações e trajetórias de intelectuais negros/as. Como consequência deste processo, houve a desconstrução de uma série de mitos e constructos que circulavam nas interpretações do Brasil. O que resultou na refundação da própria ideia de intérprete do Brasil, reconsiderando o protagonismo de homens e mulheres negras nesse processo. Não é arbitrário que intelectuais negros como António Rebouças, Maria Firmina Reis, Luiz Gama, André Rebouças, Machado de Assis, Lima Barreto, Juliano Moreira, Virginia Bicudo, Edison Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e tantos outros ganharam o estatuto de intelectuais.

Deste processo resultaram inúmeras dissertações, teses e coletâneas que agora colocavam explicitamente negros como intelectuais/intérpretes do Brasil. Portanto, pensar sobre as experiências da liberdade e as suas fronteiras significou também, nessas produções, pensar sobre o constructo do chamado intelectual/pensador/intérprete, para além da profunda geopolítica do conhecimento de homens brancos. O que resultou na própria assimilação das teorias críticas da raça sobre o que chamamos de intérpretes e interpretações do Brasil.

Um resultado muito claro disso é a publicação em 2016 por Ana Flávia Magalhães Pinto – pesquisadora do campo do pós-abolição através de estudos da imprensa negra – e Sidney Chalhoub – um dos pontas de lança na reconstrução da historiografia sobre o signo da agência negra no oitocentos – de uma coletânea intitulada *Pensadores negros, pensadoras negras* com o levantamento de diversos intelectuais/intérpretes negros do Brasil, até onde sei a primeira obra nesse estilo. O que se desdobrou nessa conjuntura em diversas produções que buscam centrar a ideia de intelectual em figuras até então excluídas do cânone de intérpretes, como estudos sistemáticos de trajetórias individuais e coletivas de membros do movimento negro organizado (Dantas; Vêras 2017; Machado 2018; Trapp 2020; Oliveira 2021b; Silva 2022).

Outra característica desse movimento de refundação do cânone aponta para a necessidade de desconstruir o olhar androcêntrico sobre o mesmo, apontando para as mulheres negras como àquelas que foram mais negligenciadas como intelectuais e intérpretes do Brasil (Pereira 2016; 2019; Tresoldi 2022), não só na historiografia/sociologia, mas também na literatura em especial (Santos 2018; Miranda 2019). Coletâneas como *Clássicas do Pensamento social, Pioneiras da Sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX* (Daflon 2021), *Pioneiras da Sociologia: Mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX* (Daflon 2022) e *Além do cânone: Para ampliar e diversificar as ciências sociais* (Castro 2022) têm apontado exatamente para essa diversificação que busca refundar o cânone por meio de um olhar interseccional em que as mulheres negras têm ganhado forte destaque. O que pode ser identificado também na explosão de grupos de estudos de intelectuais negras em multiplataformas como Instagram, Twitter e Facebook.

Com a explosão de história digital/pública no âmbito da pandemia, muitos grupos se fortaleceram, tendo a *Rede de Historiadorxs Negrxs* ganhado forte notoriedade por meio da sua presença em colunas como a *Geledes* (Nossas Histórias) e na *UOL (Presença Histórica)*. A rede detém diversos historiadores oriundos do campo do pós-abolição, buscando didatizar para o grande público (por meio de intervenções na imprensa, podcasts, canais e nas colunas permanentes) os avanços da historiografia, dando destaque as trajetórias e instituições da história negra que foram silenciados pelo cânone oficial. Isto por si já reconfigura a noção de intérprete e interpretação do Brasil, tendo em conta que agora os negros não são só objetos a serem representados, mas são agentes da escrita sobre a memória disciplinar dos diversos campos de produção<sup>10</sup>.

---

10 Podcasts como *História Preta* e *Projeto Querino* tem também fornecido importante espaço para a didatização desses conhecimentos da universidade para o grande público, ver: <https://open.spotify.com/show/0gkJ4WY8wXJkjc2lZVfl.yx>; <https://open.spotify.com/show/4ihscGfv0vmjBrK6dHA9Xo>.

A crise da “ignorância branca” sobre a construção dos cânones de intérpretes/interpretações do Brasil é na realidade uma reavaliação sobre as formas pelas quais as hierarquias epistêmicas construíram um conhecimento tão cego à imensa pluriversalidade da imaginação nacional e dos seus problemas, tendo em conta agora o vetor racial como um dos problemas centrais. Ainda que questões fundamentais, como a perspectiva indígena sobre a imaginação nacional, se coloquem de fora de grande parte do cânone, percebemos um avanço exponencial do debate, o que se desdobra no famoso lema tão difundido entre os mais jovens “Nada sobre nós, sem nós”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Polícia do RJ destrói memorial em homenagem aos mortos no massacre do Jacarezinho. *Folha de S. Paulo*, 11 de maio de 2022.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira*. São Paulo, Editora SENAC, 2000.
- ARROYO, Daniel. Polícia faz nova operação para expulsar dependentes da região da cracolândia. *Ponte*, 11 de maio de 2017.
- ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes. As injustiças de Clio revisitado: Clóvis Moura e a crítica da branquitude no campo historiográfico. *História Da Historiografia*, v. 15, p. 231-252, 2022.
- ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes; MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Indisciplinando o cânone: pensamento afrodiaspórico e a colonialidade no campo historiográfico e literário. In ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes; MIRANDA, Fernanda Rodrigues de (Org.). *Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura - Volume 1: História*. 1ed. Porto Alegre: FI, 2021a, v. 1, p. 18-39.
- ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes; TRAPP, Rafael Petry. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História* (ONLINE), São Paulo, v. 41, p. 229-252, 2021b.
- AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando. *Intérpretes do Brasil: Cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Edição. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2014, 28-63.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História (1940). In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BOTELHO, André; SCWHWARZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CAMPOS, Luiz Augusto; JÚNIOR, João Feres. Televisão em cores? Raça e sexo nas telenovelas "Globais" (1984-2014). *Textos para discussão GEMAA*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-24, 2015.

- CANDIDO, António. O significado de raízes do Brasil (1967). In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil* [26ª Ed]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia M. P (Orgs.). *Branquitude*: Estudos sobre identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, Celso. *Além do cânone*: Para ampliar e diversificar as ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
- DAFLON, Verônica Toste; SORJ, BILA. *Clássicas do pensamento social*: Mulheres e feminismos no século XIX. Rosa dos tempos, 2021.
- DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luna Ribeiro (Orgs.). *Pioneiras da Sociologia*: Mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. Niterói: EDUFF, 2022.
- DALCASTAGNÊ, Regina. A cor de uma ausência: representações do negro no romance brasileiro contemporâneo. *Afro-Hispanic Review*, Nashville, v. 29, p. 97-108, 2010.
- DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. *Revista USP*, São Paulo, n. 114, p. 31-44, 2017.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In: WARE, V. (Org.). *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GRAELL, Fernanda (et al). Idosa é resgatada no Rio após 72 anos em situação análoga à escravidão; é caso mais antigo de exploração no Brasil. *G1 Globo*, 13 de maio de 2022.
- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MACHADO, Ligia Cristina. Cultura negra e mestiçagem para os intérpretes do Brasil e seus espaços de disputa na sociedade contemporânea. *Mosaico*, v. 9, n. 15, p. 48-67, 2018.
- MENESES, Geraldo Bezerra. *Intérpretes do Brasil*. Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1997.
- MILLS, Charles W. Ignorância Branca. *Griot, Revista de Filosofia*, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 413-438, 2018.
- MILLS, Charles. O contrato de dominação. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, jul./dez, 2013.
- MILLS, Charles. *The racial contract*. New York: Cornell University Press, 2022.
- MILLS, Charles. White supremacy as sociopolitical system: A philosophical perspective. In: DOANE, Ashley Woody; BONILLA-SILVA, Eduardo (Orgs.). *White out*: The continuing significance of racism. New York: Routledge, 2003, p. 35-48.
- MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Corpo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clío*: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- OLIVEIRA, Felipe Alves. *Nosso imperativo histórico é a luta*: intelectuais negros/as insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Editora Male, 2021.



- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A mobilização das tópicos do pensamento social brasileiro na historiografia comercial consumida no Brasil em tempos de crise democrática (2013-2020). *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. 1- 36, maio/ago. 2021.
- PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. *Intelectuais negras brasileiras: horizontes políticos*. São Paulo: Letramento, 2019.
- PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: Clássicos, Rebeles e Renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (Orgs.). *Pensadores negros pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro. RJ. Ed. UFRJ, 1995.
- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 1: De Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.
- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 3: De Carvalho a Ribeiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. *Intérpretes do Brasil: Leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- SANTOS, Mirian Cristina. *Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Male, 2018.
- SANTOS, Ynaê Lopes. *História da África e do Brasil afrodescendente*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2017.
- SILVA, Denise Ferreira. *A dívida impagável*. Trad: Amílcar Packer e Pedro Daher. São Paulo: Forma Certa, 2019.
- SILVA, Denise Ferreira. *O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo*. Casa do Povo, 2016.
- SILVA, Denise Ferreira. *Toward a global idea of race*. Minneapolis: University of Minnesota, 2007.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros. Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930. *Revista USP*, São Paulo, n. 133, p. 47-62, 2022.
- TRAPP, Rafael Petry. História, raça e sociedade: Notas sobre descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 22, n. 2, 2019, p. 52-78.

- TRAPP, Rafael Petry. *O Elefante Negro. Eduardo de Oliveira e Oliveira: Raça e pensamento social no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2020.
- TRESOLDI, Maria Caroline Marmerolli (Org.). Dossiê: Mulheres intérpretes do Brasil. *Temáticas*, Campinas, v. 30 n. 59 (2022).
- WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2011.
- WYNTER, Sylvia. 1492: A New World View: In: HYATT, Vera Lawrence; NETTLEFORD, Rex (Orgs.) *Race, Discourse, and the Origin of the Americas. A New World View*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995.

*Uma “epistemologia da ignorância”?*

OS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE E A CRISE  
DO CÂNONE DE “INTÉRPRETES DO BRASIL”

Artigo recebido em 15/03/24 • Aceito em 30/05/24

DOI | [doi.org/10.5216/rth.v27i1.79001](https://doi.org/10.5216/rth.v27i1.79001)

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado